

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/282077719>

São Paulo em perspectiva: transformações do comportamento eleitoral no estado entre 2002 e 2014

Research · September 2015

DOI: 10.13140/RG.2.1.2033.7129

CITATIONS

0

READS

18

1 author:



[Marcela Tanaka](#)

University of Campinas

9 PUBLICATIONS 0 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Electoral Behaviour and Recruitment Party Strategies of Evangelical State Deputies. [View project](#)

All content following this page was uploaded by [Marcela Tanaka](#) on 23 September 2015.

The user has requested enhancement of the downloaded file. All in-text references [underlined in blue](#) are added to the original document and are linked to publications on ResearchGate, letting you access and read them immediately.

São Paulo em perspectiva: transformações do comportamento eleitoral no estado entre 2002 e 2014.

Marcela Tanaka (marcela.tanaka@hotmail.com) é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), faz parte do Grupo de Estudos em Política Brasileira – PolBras (CESOP/Unicamp)

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rachel Meneguello

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Resumo

O objetivo do trabalho é fazer uma análise comparativa das eleições de 2002 e 2014 para o cargo de Governador no estado de São Paulo a partir dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). A análise é orientada pela literatura sobre clivagens e também traz o componente da literatura institucional. A partir de variáveis sociodemográficas, institucionais e de contexto este trabalho pretende investigar as transformações do eleitorado paulista nos últimos 12 anos. Dois momentos tratam estes dados. O primeiro é descritivo, o segundo é a análise de um modelo de regressão logística multinomial para os dois pleitos. Neste, são incluídas oito variáveis independentes que buscam explicar comportamento nas duas eleições. A hipótese central é de que apesar do passar dos anos e das mudanças ocorridas no período, partidos que foram capazes de consolidar suas bases em 2002 também foram capazes de mantê-las em 2014, ainda que com certas flutuações; e que o comportamento do eleitor que têm preferência por determinado partido não variou significativamente no período.

Os resultados apontam para a consolidação das bases eleitorais no estado, apontando para uma continuidade do perfil do eleitor de São Paulo nos últimos 12 anos. Também se argumenta que o papel dos partidos políticos foi essencial para a orientação dos eleitores ao menor custo, e que também foi capaz de criar identificação pautada nos processos de socialização do eleitor, levando à uma permanência e continuidade maiores.

Palavras-chave: Comportamento eleitoral, São Paulo, política paulista, voto, eleições estaduais, ESEB.

Introdução

Compreender o comportamento do eleitor a partir de *surveys* tem sido uma prática corrente na literatura da política brasileira. É vasta a quantidade de trabalhos que busca explicar o voto presidencial a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), entretanto o voto para o majoritário estadual, paulista neste caso, foi deixado de lado. Isso se justifica por não haver nenhum outro *survey* representativo sem que seja o ESEB 2002. É nesse sentido que este trabalho está inserido, o uso da primeira e quarta onda do ESEB de 2002 e 2014, respectivamente, proporcionará a análise comparativa do comportamento do eleitor paulista nos últimos 12 anos. Isso se dá porque são dois *surveys* que contém uma subamostra para o estado de São Paulo.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é investigar as transformações ocorridas no eleitorado paulista no período citado. Utilizamos as respostas quanto ao voto para governador – PT e PSDB em 2002 e PSDB, PMDB e PT¹ 2014 – no primeiro turno, variáveis institucionais e variáveis sociodemográficas. A escolha do voto majoritário foi tomada, pois permite comparação com as respostas de nível nacional, o que permite localizar São Paulo em referência ao Brasil, de forma que uma breve análise comparativa entre o comportamento estadual e nacional seja feita. Já a escolha das respostas de variáveis sociodemográficas se justifica pela literatura da teoria social de clivagens (LIPSET & ROKKAN, 1967; LIPSET, 2001), e da sociologia política (LAZARFELD, BERELSON & GAUDET, 1968) que nos permite inferir a formação e consolidação, ou não, das bases sociais desses partidos ao longo dos anos no estado.

Para além disso, entendemos que o terreno político da escolha partidária abrange outros fatores que influenciam o comportamento, tais como a divisão social do trabalho, a natureza das tecnologia de comunicação, a nacionalização das disputas (tensões centro-local), divisões de classe, étnicas, de gênero, etc. e a geografia do cotidiano, entendida pelas interações dos indivíduos em ações do seu dia-a-dia, seja no trabalho, seja na escola, entre outras, que atuam na formação de preferências partidárias dos atores (AGNEW, 1996; MENEGUELLO, 2014). De modo geral, portanto, um pressuposto fundamental desse trabalho é que "a política pode ser mapeada não simplesmente como o resultado geográfico de processos não espacializados de escolha

¹ Partido dos Trabalhadores (PT); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A escolha desses partidos se deu por terem recebido a maior quantidade de votos no primeiro turno das eleições.

política, mas como um processo espacializado de influência e escolha política" (AGNEW, 1996, p.132).

O trabalho está organizado em quatro partes, a primeira é um breve apanhado teórico, que dará bases para as interpretações dos dados apresentados adiante, e apresentação da metodologia de trabalho utilizada. A segunda parte é uma análise descritiva dos dados do ESEB de 2002 e 2014 com as variáveis já mencionadas. A terceira consiste na análise dos preditores do voto em 2002 e 2014 que nos permitirá comparar o eleitorado nos últimos 12 anos. Por fim, apresentamos os resultados e considerações finais.

Pressupostos teóricos e metodologia

Cientes do debate em torno dos limites do argumento tradicional de clivagens que defendem o declínio da relevância eleitoral dos grupos clássicos (BEST, 2011), seja pelo argumento da diminuição em seus tamanhos (MAIR, 2008) ou pelo indicador de volatilidade (BARTOLINI & MAIR, 2007), seguimos com a concepção de que estes grupos ainda encontram na sociedade pós-industrial uma maneira de estruturar preferências e comportamentos, traduzindo as dinâmicas do mundo urbano e industrial, tal como as relações entre centro e periferia (LIPSET, 2001). A teoria social de clivagens (LIPSET & ROKKAN, 1967), portanto, defende a ideia de que a escolha eleitoral é resultado "de uma decisão social coletiva e as diferenças nos padrões de votação tendem a recobrir as principais clivagens e uma sociedade" (BALBACHEVSKY & HOLZHACKER, 2004).

Entendemos, entretanto, que somada a essa abordagem composicional, que trata do comportamento individual associado aos atributos socioeconômicos, é importante trazer para a análise a dimensão contextual. O contexto enfatiza o papel de mediação do ambiente político e social, tais como: locais de trabalho, residência, de origem e organização partidária, práticas religiosas, fontes de informação, entre outras (AGNEW, 2007). Além disso, o contexto também é entendido como lugar de ação política e socialização dos indivíduos (AGNEW, 1996; 2011), como formador de atores e opiniões (THERNBORN, 2006), capaz de estruturar relacionamentos entre estrutura social e comportamento de apoio partidário (ANDERSEN & HEATH, 2003) e também de relações de afeição (THRIFT, 2006). Nesse sentido, entendemos que o eleitor paulista está submetido a diversos contextos que moldam suas preferências políticas e que, de forma combinada, atuam em sua tomada de decisão. Para testar essa hipótese,

ainda que minimamente, utilizamos a variável região, que separa o eleitorado em Capital e Não-Capital.

Em trabalho recente, Meneguello e Bizzarro Neto (2012), apontaram que a variável da clivagem regional importa na compreensão da consolidação das preferências em torno de posicionamentos específicos, governismo e oposicionismo. Além disso, mostraram que existem associações, embora com flutuações, entre votação partidária e contextos específicos. Isso nos dá base para pensar como o eleitor paulista votou em 2002 e como votou em 2014, se é verdade que as bases sociais dos partidos dos governadores se mantiveram iguais ou se foram modificadas. Se os contextos em que o candidato obteve maior sucesso se transformaram ao longo dos últimos 12 anos.

A literatura sobre o voto presidencial brasileiro é vasta, mas alguns trabalhos são balizadores para a compreensão do fenômeno que nos propusemos a entender neste trabalho. Ainda que cientes da diferença entre as eleições federais e estaduais, entendemos que as ferramentas analíticas usadas nestes trabalhos são úteis também para este trabalho. Para além das variáveis socioeconômicas buscamos variáveis institucionais e de percepção sobre a democracia. Carreirão (2004) e Balbachevsky e Holzacker (2004), embora discordem sobre a independência entre identidade ideológica e estratificação social, observaram a relevância da primeira variável para a tomada de decisão do eleitor. Da mesma forma, acreditamos que essa variável tenha peso no voto estadual e por isso a incluímos no estudo.

Nicolau (2014b) analisa o voto para a presidência em 2010, também a partir dos dados do ESEB, e encontra que as variáveis de religião e escolaridade tiveram impacto expressivo na predição do voto. No mesmo trabalho, o autor encontra que a identificação partidária e região também possuem força explicativa. De modo geral, para o autor, o eleitor utiliza o partido como estruturador de preferência, demonstrando a importância que as agremiações têm pra a sua escolha.

Também nessa linha, Carreirão e Kinzo (2004) argumentam que a identificação partidária tem efeito na escolha eleitoral. Eles ressaltam que a literatura internacional difere quanto à forma que essa variável atua. De um lado, a Escola de Michigan defende que a identificação seria pautada em bases psicológicas "afetivas no processo de socialização e, portanto, mais resistente a mudanças ou influências de outra ordem" (CARREIRÃO & KINZO, 2004, p.132). Por outro lado, a teoria da escolha racional questiona a lealdade partidária pautada nos processos de socialização. Essa teoria afirma

que a identidade partidária atua no sentido de tornar os partidos atalhos ideológicos para obtenção de informação com baixos custos.

Pensando sobre tudo isso a hipótese central que orienta esse trabalho é que apesar do passar dos anos e das mudanças ocorridas no período, partidos que foram capazes de consolidar suas bases em 2002 também foram capazes de mantê-las em 2014, ainda que com certas flutuações; e que o comportamento do eleitor que têm preferência por determinado partido não variou significativamente no período.

Para entendermos as bases que elegeram os governadores, analisamos os fatores que explicam os votos para governador nos anos de 2002 e 2014. Nesse sentido, a primeira parte do trabalho é uma análise descritiva de um conjunto de dados coletados nos ESEB 2002 e 2014. As variáveis trazidas compreendem três dimensões: **1.** percepção da democracia², por compreendermos que ela capta a percepção do eleitor em relação à situação em que vive; **2.** sociodemográfica, a fim de debater com a literatura de clivagens, da sociologia política; **3.** e institucional, com o intuito de trazer o debate partidário para o comportamento político.

A metodologia utilizada nesse trabalho é predominantemente quantitativa. Inicialmente realizamos um estudo comparativo entre os perfis dos eleitores em 2002 e 2014 a partir dos dados retirados dos ESEB dos mesmos anos. O ESEB é um *survey* pós-eleitoral realizado por amostragem no país inteiro pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e conta com um módulo comum internacional em parceria com a Universidade de Michigan, sob o consórcio *Comparative Studies of Electoral Systems (CSES)*. Para os anos selecionados uma amostra para o Estado de São Paulo também foi extraída o que nos permite inferir de modo relativamente seguro sobre o funcionamento da política paulista de modo geral. Nessa primeira parte utilizamos a técnica de crosstabulação com o intuito de apreender a princípio características mais gerais sobre o eleitor paulista, em seguida analisamos descritivamente os dados obtidos.

A segunda parte do trabalho consiste e análises de regressão logística multinomial que incluem modelos que nos permitem inferir o que, de fato, pode ser preditor do voto nos dois pleitos. Os resultados encontrados nessa seção poderão nos guiar às conclusões parciais sobre as transformações do eleitorado paulista, colocando-os em perspectiva nos últimos 12 anos.

² "De uma maneira geral, o(a) Sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?"

As eleições de 2002.

As eleições de 2002 começaram com as candidaturas de Geraldo Alckmin (PSDB) e José Genoíno (PT). Também na disputa estava Paulo Maluf (PPB³) conhecido da política paulista, pois havia concorrido pelo cargo em 1986, 1990 e 1998, mas que amargou um terceiro lugar, com 21,37% dos votos. Nesse momento, também, PSDB e PT protagonizavam as disputas nacionais, concorrendo no segundo turno das eleições presidenciais. Nesse pleito, PSDB era o *incumbet* e concorria pelo governismo, uma vez que o candidato havia assumido o cargo após a morte de Mario Covas, governador eleito pelo PSDB em 1998.

O PT, por outro lado, era o desafiante, trazendo José Genoíno como cabeça de chapa. Genoíno era presidente do partido e um de seus líderes, e pela primeira vez lançava uma candidatura competitiva pelo governo do estado, conseguindo chegar ao segundo turno. Embora o PT tenha sido a oposição por excelência nos pleitos ao município de São Paulo (LIMONGI & MESQUITA, 2008) e nas disputas presidenciais desde a redemocratização, as candidaturas para o governo de São Paulo não pareciam decolar. Os resultados do primeiro turno levaram Alckmin (PSDB), com 38,28% de votos e Genoíno (PT) com 32,44% de votos para a disputa do segundo turno.

Os dados a seguir apontam descritivamente as características dos eleitores de Alckmin e Genoíno. Estes foram retirados do ESEB (2002), realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A vantagem da pesquisa pós-eleitoral é que ela "permite identificar os referenciais do comportamento do eleitor quando suas atitudes em relação à campanha e ao sistema político já estão realizadas e suas opiniões são emitidas a posteriori" (MENEGUELLO, 2007, p.12).

No sentido da teoria de clivagens, a literatura sobre São Paulo nos leva a pensar que o candidato do governo apresentasse um eleitorado mais ligado a setores mais conservadores, mais ligados as atividades agrárias e menos escolarizados (SADEK, 1989), enquanto o candidato oposicionista teria seu eleitorado mais concentrado em atividades mais industriais e seria mais urbano. Como já referido, Meneguello e Bizarro Neto (2012) também analisaram o estado de São Paulo e encontram que existem

³ Partido Progressista Brasileiro, atual Partido Progressista (PP)

diferenças regionais no comportamento eleitoral paulista. Apontando para a relevância da clivagem regional na formação de preferência.

Os resultados da Tabela 1⁴ permitem observar a hegemonia tucana em todos os estratos da população, com as intenções de voto em Alckmin superando todas as de Genoíno. Vale destacar, entretanto, que as maiores votações do candidato petista apresentam-se concentradas no setor secundário, referente à indústria – que pode ser pensada pela origem sindical do partido (MENEGUELLO, 1989). Com menor nível de instrução e mais jovens. Além disso, o candidato petista perdeu na capital. Isso nos leva a pensar que as tendências de voto descritas por Sadek (1989) ainda se mostram válidas para o caso de 2002. Cabe lembrar que não existe uma amostra representativa para a Região Metropolitana no ESEB 2002, o que não nos permite investigar como se dá a votação do candidato num reduto essencialmente petista. Essas mesmas tendências foram observadas no nível federal, o candidato petista à eleição: Luís Inácio Lula da Silva – Lula – também obteve resultados melhores entre os mais novos, nas grandes cidades, indicando uma incidência maior de voto oposicionista nos maiores centros (CARREIRÃO, 2004).

Tabela 1. Características socioeconômicas e demográficas do eleitorado 2002		
	Alckmin	Genoíno
Setor da economia em que trabalha	%	%
Setor Primário	42,9%	28,6%
Setor Secundário	43,2%	36,4%
Setor Terciário	48,7%	28,7%
Escolaridade	%	%
Sem instrução	39,1%	39,1%
Até 4ª série	50,0%	26,4%
De 5ª a 8ª série	41,0%	28,7%
2º grau	49,5%	32,2%
Superior ou mais	45,6%	37,7%
Idade	%	%
16-24 anos	48,46	29,23
25-34 anos	44,37	37,32
35-44 anos	45,71	35,00
45-59 anos	45,95	32,43
60 anos ou mais	58,14	20,93
Classificação na Região de São Paulo	%	%
Capital	49,3%	28,6%
Não Capital	45,5%	32,8%

Fonte: ESEB 2002

⁴ A soma dos resultados difere de 100% porque na contagem dos respondentes não aparecem os que não souberam ou não quiseram responder, os casos em que não se aplicava a questão, ou outras respostas foram dadas. O mesmo vale para as demais tabelas.

Esses dados, contudo, só avaliam o posicionamento do eleitor com referência às suas características socioeconômicas, a Tabela 2 abaixo explora outras características mais relacionadas ao comportamento político dos atores. As perguntas incluídas na tabela abaixo revelam a satisfação com a democracia, a existência de algum partido político que representa o eleitor, ou que ele goste, o posicionamento no espectro ideológico e a rejeição aos partidos dos candidatos

Tabela 2. Opinião dos eleitores (2002)		
	Alckmin	Genóio
Nível de satisfação com a democracia brasileira	%	%
Nada satisfeito	44,6%	28,8%
Pouco satisfeito	48,0%	35,3%
Nem insatisfeito nem satisfeito	57,1%	28,6%
Satisfeito	48,5%	32,4%
Muito satisfeito	46,7%	30,0%
Não sabe o que é democracia	40,9%	13,6%
Algum partido político representa a maneira de pensar	%	%
Não	53,5%	20,0%
Sim	39,4%	46,6%
Partido que melhor representa	%	%
PT	25,9%	64,6%
PSDB	81,6%	5,3%
Partido que gosta	%	%
PT	23,5%	65,2%
PSDB	89,4%	4,3%
Escala esquerda/direita	%	%
0 - Esquerda	43,5%	56,5%
1	12,5%	87,5%
2	25,0%	75,0%
3	33,3%	67,7%
4	57,9%	36,8%
5	27,6%	32,8%
6	60,0%	0,0%
7	50,0%	18,2%
8	69,6%	26,1%
9	71,7%	25,0%
10 - Direita	59,5%	19,0%
Rejeição - PT	%	%
Não votaria	64,4%	2,7%
Votaria	39,6%	43,2%
Rejeição - PSDB	%	%
Não votaria	35,9%	44,0%
Votaria	51,9%	27,6%

Fonte: ESEB 2002

Os resultados da Tabela 2 são bem elucidativos em relação às divergências do perfil do eleitorado paulista que vota no PSDB de Alckmin e no PT de Genoíno. Em relação à opinião sobre a satisfação com a democracia no Brasil, o candidato tucano teve mais sucesso em todas as repostas, indicando que esse talvez não seja um indicador bom para explicar o voto para governador em 2002. Já a pergunta sobre a representação partidária e posicionamento ideológico carregam diferenças entre quem opta por Alckmin e quem opta por Genoíno. O eleitor do tucano tem preferência partidária menor do que o eleitor do petista – medida pela resposta da representatividade. Isso significaria que dentro daqueles eleitores que não têm partido que os representem, há chance maior dele ter votado no PSDB. Já o eleitor de Genoíno é mais partidário, sendo que só 20% dos respondentes afirmaram não ter partido que seja representativo de seu modo de pensar.

Embora os eleitores tucanos não respondam que o PSDB os representa, a pergunta sobre se o eleitor gosta de algum partido, 89,4% daqueles que responderam como primeira opção que gostam do PSDB votaram em Alckmin. O mesmo efeito – mas com menor intensidade – se encontra naqueles que disseram ser o PT o partido de que gostam; 65,2% que declararam gostar do PT votaram em Genoíno. Também no nível federal, comparando-se as respostas de preferência para Lula e Serra, 91% dos eleitores com preferência pelo PT votavam em Lula, enquanto 61% dos eleitores que têm preferência pelo PSDB votavam em Serra (CARREIRÃO, 2004). De modo geral, então, a preferência partidária funcionaria como um bom preditor de voto para o Governo de São Paulo, da mesma forma que funciona para a Presidência da República.

O dado mais interessante vem da próxima questão, que se refere ao posicionamento na escala ideológica esquerda-direita. Com exceção da escala 0 (Esquerda) o eleitor de Alckmin tende a se posicionar do centro à direita no espectro, ao passo que o eleitor do candidato petista tende a se posicionar do centro à esquerda. Esse é um aspecto relevante no perfil do eleitor, pois aponta para uma afinidade ideológica entre o ele e seu voto. Nesse sentido, haveria mais chances de um indivíduo votar em Genoíno tanto mais se considerasse de esquerda, da mesma forma, quanto mais à direita o eleitor se posicionasse maior a probabilidade dele ter votado em Alckmin.

O mesmo comportamento se observou no nível federal, Lula obteve intenções de voto muito maiores entre os eleitores posicionados à esquerda, e o contrário, o candidato tucano José Serra chega a ter intenções de voto três vezes maiores dentre aqueles que se posicionavam à esquerda (CARREIRÃO, 2004). Carreirão, entretanto,

faz uma ressalva quanto à relação entre identidade ideológica e voto. O autor argumenta que embora a correlação entre as duas variáveis seja significativa, quando combinada com a escolaridade se percebe que os conceitos de "esquerda" e "direita" dependem muito do nível de instrução.

É muito comum nos estudos que usam o ESEB a utilização de indicadores sobre avaliação de governo, pois é uma forma do eleitor realizar a *accountability*. O voto retrospectivo é uma variável que tem peso explicativo para o voto no nível federal, tal como argumenta Meneguello (2007) ao mostrar a influência da avaliação do governo Lula para sua reeleição em 2006. Seria interessante trazer essa análise para o estado de São Paulo, entretanto, a base de dados do ESEB 2002 não tem perguntas específicas de avaliação do governo estadual, nesse sentido, *surveys* futuros poderão ser feitos para acrescentar ainda informação ao perfil do eleitor paulista.

As eleições de 2014

Doze anos após o ESEB 2002, o ESEB 2014 traz uma amostra representativa do estado de São Paulo, a ideia agora é fazer os mesmos passos da análise do ESEB 2002. Ao final dessa seção teremos em mãos dados suficientes para podermos pensar as transformações ou permanências do perfil do eleitor paulista. Antes, um breve histórico das eleições estaduais deve ser feita. Em 2006 o *incumbent*, José Serra, foi eleito no primeiro turno, com 57,93% dos votos⁵, o candidato petista Aloizio Mercadante ficou com o segundo lugar somando um total de 31,68% dos votos. Isso demonstra que certa força hegemônica do PSDB que começa a se consolidar. No ano de 2010, mais uma vez, o PSDB consegue ganhar as eleições já no primeiro turno. Dessa vez um pouco mais apertado, o ex-governador Geraldo Alckmin consegue 50,63% dos votos contra 35,23% dos votos do segundo candidato, o petista Aloizio Mercadante. Novamente o partido tucano prova ser uma força consolidada no estado de São Paulo, pelo menos para o voto majoritário.

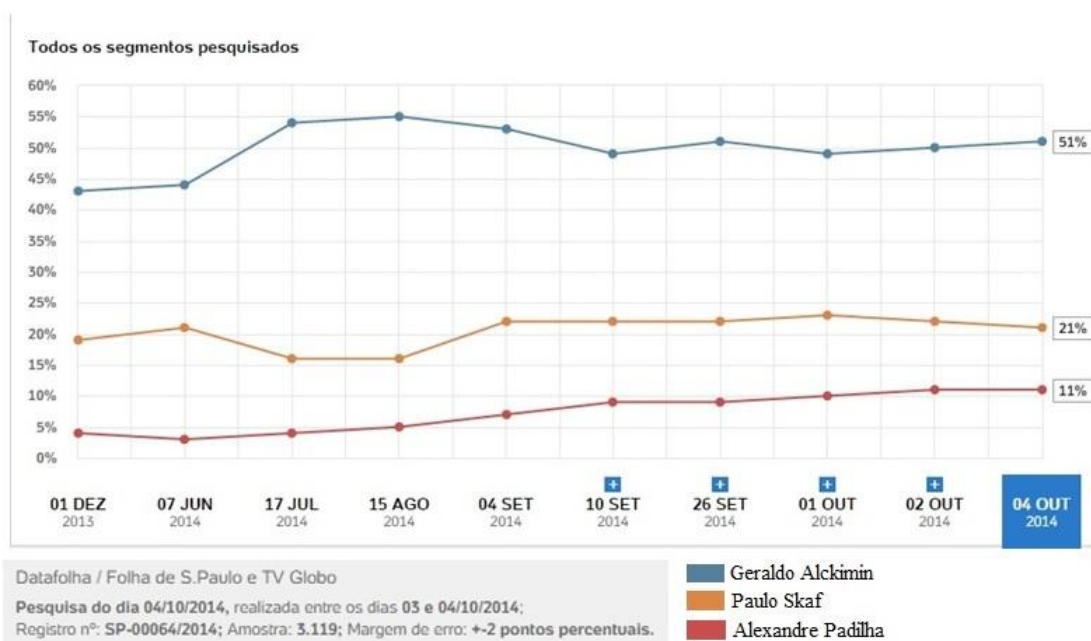
A eleição de 2014 foi tanto diferente, quanto firmou a posição do PSDB em São Paulo. Diferente porque pela primeira vez o PT não protagonizou as disputas pelo Governo com os tucanos, amargando um terceiro lugar angariando 18,22% dos votos. O candidato era o ex-ministro de Relações Internacionais do governo Lula e ex-ministro da saúde do governo Dilma: Alexandre Padilha. A segunda diferença foi o segundo

⁵ Todos os dados de votação foram retirados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

candidato mais bem votado, Paulo Skaf, do PMDB, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e que havia concorrido pelo PSB em 2010. As novidades são tanto o PT que não foi capaz de decolar a candidatura de Padilha em nenhum momento da campanha, dado apontado pelos dados de intenção de voto do Gráfico 1⁶ abaixo, quanto o PMDB, que desde 2002 não tinha força expressiva no estado. Sendo que em 2002 angariou 1,32% dos votos, em 2006, com ninguém menos que Orestes Quércia, conseguiu apenas 4,57% e em 2010 sequer lançou candidato próprio, formando coligação com o PSDB de Geraldo Alckmin. Em 2014, Paulo Skaf conseguiu um total de 21,31% dos votos.

Geraldo Alckmin, por sua vez, buscava a reeleição e foi bem sucedido, totalizando 57,31% dos votos em 2014. A mais recente eleição para o majoritário estadual indica uma consolidação da força tucana no estado, agora somando mais de 20 anos no governo. Resta investigar, portanto, se são os mesmos eleitores que escolheram Alckmin em 2002 e 2014, além de buscar o perfil dos eleitores dos outros dois candidatos mais votados. Nesse sentido as tabelas abaixo mostram as mesmas variáveis analisadas para o ano de 2002 como forma de comparar as respostas dos eleitores àquele pleito e no atual. O propósito aqui é, através de uma análise descritiva comparativa dos dados, buscar as variáveis que apontem para uma mudança no comportamento do eleitor nos últimos 12 anos.

Gráfico 1. Intenções de voto para governador em São Paulo – 2014



⁶ Gráfico produzido através das pesquisas Datafolha e retirado do site: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/pesquisas-eleitorais/sao-paulo/1-turno/>. Acessado em 14/06/2015.

Segundo a Tabela 3, algumas mudanças no perfil socioeconômico do eleitorado podem ser observadas. Em 2014 o eleitor petista se encontra concentrado nas cidades, visto que nenhum dos respondentes que afirmaram trabalhar no setor primário – agricultura, pecuária e pesca – disse ter votado no candidato do PT. Outro dado é que embora o PT, que sempre teve presença forte entre os eleitores do setor secundário, ainda tenha expressão nesse setor, agora parece figurar mais entre os eleitores cuja ocupação está no setor terciário – ligado aos serviços. Do outro lado da moeda, o candidato tucano cresceu no setor primário em quase 8% e em quase 7% no setor secundário. E perdeu aproximadamente 1% dos eleitores do setor terciário. Isso indicaria, portanto, que o eleitor de Alckmin, em 2014, esteve mais associado a um perfil agrário. O que essa comparação tem a dizer é que, embora houvessem ocorrido mudanças, em certa medida o perfil opositor dos municípios urbanos e governista dos agrários detectado por Sadek (1989) e Meneguello e Bizzarro Neto (2012) ainda se sustenta.

	Alckmin	Skaf	Padilha
Setor da economia em que trabalha	%	%	%
Setor Primário	50%	0%	0%
Setor Secundário	50%	11,10%	12,70%
Setor Terciário	47,40%	7,90%	13%
Escolaridade	%	%	%
Sem Instrução	50%	7,70%	0%
Até 4ª série	48,01%	3,96%	14,09%
De 5ª a 8ª série	44,65%	5,72%	12,97%
2º grau	49,66%	9,27%	10,37%
Superior ou mais	47,03%	9,36%	13,13%
Idade	%	%	%
16-25 anos	42,65	7,70%	9,10%
26-40 anos	47,80%	8,10%	12,20%
41-64 anos	49,80%	7,10%	13,50%
65 anos ou mais	48,40%	7%	10,20%
Classificação na Região de São Paulo	%	%	%
Capital	68,2%	11,2%	20,6%
Não Capital	74,6%	10,2%	15,2%

Fonte: ESEB 2014

Por fim, o eleitorado de Skaf se concentrou majoritariamente no setor industrial, esse fato poderia ser explicado pela ligação do candidato à indústria. O candidato

peemedebista era presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp), além de ter carreira na indústria, transitando por entidades como sindicatos e associações da indústria além da Confederação Nacional da indústria. Nesse sentido, pensando que o eleitor forma preferências também no contexto em que está inserido, na geografia do cotidiano, a partir de seus processos de socialização (AGNEW,1996), e que o próprio contexto atua como formador de atores e opiniões (THERNBORN, 2006), a ideia de um candidato ligado à indústria poderia surtir efeitos nos eleitores cuja ocupação está nesse setor.

A variável escolaridade aponta para um eleitor tucano menos instruído que em 2002, enquanto o eleitor petista parece mais bem distribuído em todas as faixas de escolaridade, diferentemente do padrão visto em 2002 em que à medida que crescia o grau de instrução, também crescia as intenções de voto. Já o eleitor de Skaf cresce à medida que cresce o grau de instrução, parecido com o perfil do eleitor de Genoíno em 2002. A variável idade aponta para um eleitorado tucano mais velho e um eleitorado petista mais novo, já o peemedebista aparece bem distribuído em todas as faixas de idade. Por fim, a variável de região nos permite observar o contexto em que se localizam os eleitores de 2014 e 2002. Fica evidente pela distribuição dos votos um eleitorado tucano ainda concentrado fora da capital, apontando para a validade do argumento de um voto governista interiorano. A prova disso é a distribuição dos votos de Padilha. Em 2014 o eleitor do candidato petista consegue um total de 20,6% das intenções de voto na capital e 15,2% fora dela. Isso indicaria que o contexto urbano do eleitor petista, em oposição ao governo estadual, não se alterou nos últimos 12 anos. Aqui vale lembrar que o PT também controla a prefeitura de São Paulo, com a eleição de Fernando Haddad em 2012, o que também pode ser um fator de peso para a votação de Padilha na capital.

A Tabela 4 abaixo traz os dados sobre a percepção dos eleitores em torno do sistema político, dos atores e da democracia de um modo geral. Da mesma forma que foi feito com as tabelas 1 e 3, compararemos as tabelas 2 e 4. A primeira distinção a ser feita é que enquanto o eleitor de Alckmin em 2002 tendia a ser mais apático em relação à satisfação com a democracia, isto é, não estavam nem satisfeitos nem insatisfeitos (57,1% dos votos), em 2014 os eleitores que escolheram o candidato tucano tendem a estar mais satisfeitos, chegando a 55,8% de respondentes muito satisfeitos. O oposto ocorre com o eleitor petista. Em 2002, embora uma parcela de 35% tenha declarado estar pouco satisfeita com a democracia, 62,4% declararam estar satisfeitos ou muito

satisfeitos. Em 2014 os dados são outros, cerca de 29% dos eleitores de Padilha estão de satisfeitos à indiferentes em relação à democracia. Por outro lado, aqueles eleitores que votaram em Skaf tem um perfil muito mais associado à insatisfação.

Tabela 4. Opinião dos eleitores (2014)			
	Alckmin	Skaf	Padilha
Nível de satisfação com a democracia brasileira	%	%	%
Nada satisfeito	42,6	7,4	8,3
Pouco satisfeito	44,3	10,5	8,8
Nem insatisfeito nem satisfeito	49,4	5,2	10,8
Satisfeito	50	8,8	18,2
Muito satisfeito	55,8	2,3	14
Algum partido político representa a maneira de pensar	%	%	%
Sim	52,3	6,9	19,9
Não	46,3	7,7	9,5
Gosta de algum partido	%	%	%
Sim	49,7	6,1	21,8
Não	47,6	7,9	7,8
Partido que gosta	%	%	%
PSDB	82,1	4,2	0
PMDB	58,8	11,8	5,9
PT	33,9	5,5	37,7
Escala esquerda/direita	%	%	%
0 - Esquerda	20	10	35
1	25	16,7	25
2	36,4	0	54,5
3	26,7	10	46,7
4	64,1	2,6	10,3
5	49,7	10,1	10,7
6	53,3	10,7	10,7
7	42,7	13,3	13,3
8	56,1	4,9	13,4
9	64,3	7,1	16,1
10 - Direita	60	9,2	12,5
Rejeição - PSDB	%	%	%
Não gosta de jeito nenhum	26,9	17,4	6,2
Gosta muito	77,3	6,1	9,1
Rejeição - PMDB	%	%	%
Não gosta de jeito nenhum	41,7	5,6	10,7
Gosta muito	43,5	21,7	8,7
Rejeição - PT	%	%	%
Não gosta de jeito nenhum	55,4	6,1	1,6
Gosta muito	29,5	4,9	9

Fonte: ESEB 2014

Interessante é notar as variáveis partidárias, em 2002, 39,4% dos eleitores que acham que algum partido os representa votaram em Alckmin. Em 2014, 52,3% foi a mesma taxa. Do lado petista, em 2002, 46,6% dos eleitores que tinham algum partido que os representasse votou em Genoíno, contra 19,9% dos eleitores de Padilha. Essa diferença é crucial para entender as transformações do eleitor paulista, uma vez que o PT sempre teve altas taxas de identidade partidária, em nível nacional pelo menos (VEIGA, 2011), e agora figura com menos de 20% no estado de São Paulo.

É necessária uma maior investigação do declínio de identidade partidária petista em São Paulo, pois, comparados ao nível nacional, 48,9% dos eleitores que tem algum partido que os representa votou em Dilma Rousseff (candidata do PT) e 27,6% votaram em Aécio Neves (candidato do PSDB)⁷. Isso sugere que a lógica contextual da política estadual funciona de forma diferente do nível federal. Sendo necessárias futuras pesquisas para saber se é a força partidária tucana, aproveitando-se da imagem conhecida do governador, que faz com que haja mais eleitores se sentido representados pelo PSDB. Ou se foi a fraca candidatura de Padilha, pouco associado ao partido e pouco conhecido, que fez com que o eleitor não identificasse nele o próprio PT. Ou se são as duas coisas juntas.

O mesmo acontece quando analisamos a variável que identifica se o eleitor gosta de algum partido e vota em seu candidato. O PT embora tenha conseguido alcançar o patamar dos 33% não chega nem perto da taxa de 2002, que era de 67%. O PSDB embora tenha perdido quase 7% de votos, ainda se manteve na casa dos 80% indicando uma estabilidade da preferência do partido no estado. Já o PMDB de Skaf ficou com 11%. O interessante é notar que, embora haja diferenças, o eleitor ainda é capaz de ter congruência entre partido e candidato, o que nos leva a pensar que o partido é um componente importante na estruturação do voto no estado de São Paulo.

Argumentamos na seção anterior que o eleitor de Alckmin tinha um perfil mais de centro direita e do de Genoíno um perfil de centro-esquerda. O mesmo se observa nos dados de 2014. O eleitor de Padilha está concentrado mais nos estratos que se autocalizam à esquerda do espectro ideológico, da mesma forma, o eleitor de Alckmin está mais associado aos eleitores à direita do espectro. Já aqueles que declararam ter votado no PMDB estão mais localizados ao centro, refletindo uma postura própria do partido. Essa afirmação tem sustentação quando investigamos o posicionamento

⁷ Fonte: ESEB 2014

partidário do PMDB (POWER & ZUCCO, 2011), que influenciaria uma identificação dos eleitores que estão ao centro.

Por fim, as variáveis de rejeição partidária ficaram mais baixas nos últimos 12 anos. Enquanto em 2002 64,4% dos que não votariam no PT votaram em Alckmin, em 2014, o índice caiu para 55,4%. No caso do PSDB, 44% dos eleitores que diziam não gostar do PSDB votaram em Genoíno em 2002; em 2014, apenas 6,2% dos eleitores escolheram Padilha. Por outro lado, 17,4% dos eleitores que não gostam do PSDB escolheram Skaf, o que leva a pensar que possa ter havido uma transferência dos votos que iriam para o PT para o PMDB. De qualquer maneira, a rejeição tucana foi inferior em 2014 ao que tinha sido em 2002.

Nessa seção examinamos as eleições de 2014 para o Governo de São Paulo de forma descritiva, comparando com as eleições de 2002. Concluímos desses dados que a candidatura petista não foi capaz de decolar, fazendo com que o PT pela primeira vez fosse menos competitivo pelo cargo. Também surgiu na disputa um candidato peemedebista que foi capaz de garantir um segundo lugar no pleito, fato que não acontecia nem de perto nesses últimos doze anos. Além disso, firmou-se uma hegemonia tucana que venceu as eleições logo no primeiro turno em 2006, 2010 e agora novamente em 2014. Percebe-se também que os eleitores petistas são predominantemente urbanos, enquanto os tucanos são mais agrários, reiterando a clivagem identificada já em 2002. O eleitor petista de Padilha de 2014 também é bem distribuído em todas as faixas de instrução e mais jovem; a identidade partidária, contudo, diminuiu significativamente apesar de ainda contar com simpatia de 37% dos eleitores e ainda são eleitores de centro-esquerda. O eleitor tucano de 2014 é menos instruído que o de 2002, tem maior rejeição pelo partido da oposição, ainda se mantém do centro à direita no espectro ideológico e tem grande simpatia pelo partido.

Os preditores de voto em 2002 e 2014.

Essa seção traz os modelos de explicação do voto em 2002 e 2014. A análise feita aqui é uma regressão logística multinomial, cujas variáveis independentes respondem a três dimensões do voto: **1.** identidade política, **2.** contexto e **3.** sociodemográfica. No total incluímos oito variáveis preditoras que estão explicadas a seguir.

1. Identidade política

A – Em quem votou na eleição passada: No modelo de 2002 utilizamos as respostas dadas para a eleição de 1998. Aqui utilizamos uma variável binária com os votos dados a Mario Covas (PSDB) como categoria de referência. Outros votos (nos demais candidatos), votos brancos, nulos, não responderam ou não se lembravam em quem votou foram computados como "Não-Covas". Modelo de 2014 os dados são referentes à eleição de 2010; o mesmo procedimento foi feito com os votos de Alckmin (PSDB) também categoria de referência. Outros votos (nos demais candidatos), votos brancos, nulos, não responderam ou não se lembravam em quem votou foram computados como "Não-Alckmin". Somente foram excluídos aqueles que declararam não ter votado na eleição.

B – Gostar de algum partido. A partir das respostas sobre gostar ou não de algum partido separou-se em 2002, gostar do PSDB, PT, Outros e Sem identificação; e em 2014, PSDB, PMDB, PT e Sem identificação. Em ambos os modelos a categoria de referência é "Sem identificação" que compreende todos os respondentes que declararam não gostar de nenhum partidos, ou que não responderam/não se lembravam do nome.

C – Autolocalização no espectro ideológico. Nessa categoria os respondentes se posicionam em uma escala de vai de 0 a 10, sendo 0 esquerda e 10 direita. Separamos essa escala em três categorias 0-3 significando esquerda, 4-6 centro e 7-10 direita. Por fim, incluímos a categoria "Não sabe que é ser de esquerda e direita", também a categoria de referência.

2. Contexto

Somente uma variável entrou nessa divisão que é a Região. Esta foi tratada de forma binária, sendo Capital e Não Capital as categorias, com a última de referência.

3. Sociodemográficas

Tanto em 2002 quanto em 2014 o mesmo modelo foi utilizado, com as mesmas variáveis e mesmas codificações, não sendo necessário explicá-las separadamente.

A – Religião: Essa variável foi codificada em Evangélicos, Outros e Católicos, sendo a última a categoria de referência.

B – Escolaridade: foi separada em quatro categorias, sendo analfabetos/fundamental incompleto (categoria de referência), depois fundamental completo/médio incompleto;

médio completo/ superior incompleto e, por fim, superior completo/pós-graduação ou mais.

C – Renda: Separamos em quatro categorias, sendo Até 1 SM (Salário mínimo) a categoria referenciada. As outras três são: de 1 a 5 SM, de 5 a 10 SM e mais de 10 SM.

D – Cor: Esta foi tratada como binária, sendo Branco e não-Branco, com a segunda sendo a categoria referenciada.

Resultados.⁸

Tabela 5. Regressão Logística Multinomial. Voto para Governador (2002)			
José Genoíno (PT)			
	B	Sig.	Exp(B)
Em quem votou em 1998			
Não votou em Mário Covas	,919	,000	2,506
Gostar de algum partido			
PSDB	-4,111	,041	,016
PT	1,059	,015	2,884
Outros	-1,518	,052	,219
Autolocalização ideológica			
Esquerda	,639	,021	1,894
Centro	-,493	,148	,611
Direita	-,857	,067	,424
Região no estado de São Paulo			
Capital	-,367	,101	,693
Religião			
Evangélica	-1,172	,000	,310
Outras/Não tem	,312	,266	1,366
Escolaridade			
Fund. compl./ Médio incompl.	,136	,640	1,145
Médio compl./sup. incompl.	-,048	,884	,953
Sup. compl./pós-graduação	,780	,053	2,181
Renda mensal			
De 1 a 5 SM	,347	,192	1,414
De 5 a 10 SM	,273	,361	1,314
Mais de 10 SM	-,335	,432	,716
Cor			
Branco	,012	,958	1,012

N = 720; -2Vlog Likelihood= 996,499; Pseudo R2= 0,296. A categoria de referência é Geraldo Alckmin

⁸ Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Oswaldo Amaral (DCP/Unicamp) pela colaboração no tratamento dos dados apresentados.

Os resultados da regressão logística multinomial da Tabela 5 permitem inferir o comportamento do eleitor paulista na eleição de 2002. Ao observar os resultados, o fato do eleitor não ter votado em Mário Covas em 1998 duplica as chances dele ter votado em Genoíno em 2002. O mesmo ocorre quando se observa a variável de afinidade partidária. Quando o eleitor diz gostar do PT, as chances de votar no candidato do partido aumentam. Por fim, outras características que tiveram algum impacto foram ser de esquerda e possuir um grau de instrução mais alto.

A variável da região é pouco explicativa, mas aponta que em 2002 o fato de ser residente da Capital faz com que o eleitor tenha mais chances de votar em Alckmin do que em Genoíno em relação a morar fora dela. Aqui, seria interessante uma análise coma separação por Região Metropolitana, pois o fato de estar fora da capital difere significativamente em estar fora de São Paulo, mas morar na Região Metropolitana, ou morar no interior. Com isso, poderíamos testar tanto o argumento da importância contextual na formação de preferências dos eleitores (AGNEW, 2007), quanto o argumento de Sadek (1989) e Meneguello e Bizarro Neto (2012) em relação aos comportamentos opositoristas e governistas no estado. Quanto às variáveis sociodemográficas, ter ensino superior completo e não ser evangélico aumentam as chances de voto no candidato petista. Renda e Cor não tiveram poder explicativo forte. Cabe lembrar que um teste de multicolinearidade foi feito para testar as variáveis renda e escolaridade nos dois modelos, uma vez que costumam uma ser *proxy* da outra. Encontramos que, para o conjunto de dados analisado não foi detectado níveis significantes de multicolinearidade.

A Tabela 6 abaixo é o resultado da regressão logística multinomial para o voto majoritário estadual em 2014. Alguns resultados são bastante interessantes colocando-os em perspectiva com os de 2002. Em primeiro lugar, o conjunto das variáveis institucionais salta aos olhos na explicação do voto em Padilha (PT), sendo elas: memória do voto de 2010, afinidade partidária e identidade ideológica. Embora no nível nacional haja o debate sobre a força explicativa da identidade partidária (CARREIRÃO & KINZO, 2004), o que os dados abaixo apontam é um eleitor de Padilha fortemente associado ao petista. Ainda que nos dados descritivos somente cerca de 20% dos respondentes tenha afirmado gostar do PT, esta foi uma das variáveis que mais pesou na escolha de Padilha. Isso porque aquele que se diz gostar do PT tem três vezes mais chance de votar no candidato petista do que aquele que diz não gostar de nenhum partido.

Além disso, as outras duas variáveis institucionais são as que mais explicam o voto no candidato do PT. O fato do eleitor não ter votado em Alckmin em 2010 faz com que ele tenha 17 vezes mais chances de votar em Padilha. Isso sugere que, a despeito da pífia campanha – e resultados eleitorais – do candidato, o partido foi capaz de assegurar o voto partidário. Ou seja, votaram no PT de Padilha aqueles eleitores que possuem identidade partidária e que já não possuíam afinidade com o governador atual, Alckmin.

Tabela 6. Regressão logística multinomial. Voto para Governador em (2014)

	Alexandre Padilha (PT)			PauloSkaf (PMDB)		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Em quem votou em 2010						
Não votou em Alckmin	2,855	,000	17,368	1,584	,000	4,874
Gostar de algum partido						
PT	1,332	,004	3,789	-,287	,653	,751
PMDB	-1,131	,579	,323	,489	,675	1,631
PSDB	-19,972		2,12	-1,028	,246	,358
Autolocalização ideológica						
Esquerda	2,334	,002	10,315	1,000	,250	2,718
Centro	,218	,703	1,243	,454	,380	1,574
Direita	,252	,641	1,287	-,023	,965	,977
Região no estado de São Paulo						
Capital	,414	,338	1,513	,202	,645	1,224
Religião						
Evangélicos	-,415	,447	,660	,280	,560	1,324
Outras/Não tem	-,471	,419	,624	,332	,546	1,394
Escolaridade						
Fund. compl./ Médio incompl.	1,507	,079	4,515	,689	,387	1,991
Médio compl./sup. incompl.	1,174	,178	3,236	,691	,392	1,995
Sup. compl./pós-graduação	1,439	,171	4,217	1,191	,197	3,291
Renda mensal						
De 1 a 5 SM	,812	,432	2,252	,043	,959	1,044
De 5 a 10 SM	1,127	,333	3,086	,187	,849	1,206
Mais de 10 SM	,746	,745	2,108	,759	,611	2,136
Cor						
Branco	,032	,938	1,032	,289	,483	1,335

N=292; -2Vlog likelihood = 297,220; Pseudo R2 = 0,417. A categoria de referência é Geraldo Alckmin

Para além disso, é um eleitor posicionado ideologicamente. Por esse termo, queremos dizer que é um eleitor que sabe se posicionar no espectro ideológico e que se posiciona à esquerda. De modo geral, então, podemos inferir um eleitor de Padilha muito vinculado ao partido – o PT – e com ideologia mais à esquerda. Isso nos leva a suspeitar da possibilidade de um voto partidário, pelo menos no caso do PT de São Paulo. Esse dado é curioso, pois contradiz o que intuitivamente se poderia pensar dos

dados descritivos expostos na seção anterior. Novamente, embora fosse um candidato pouco conhecido foi capaz de angariar os votos dos eleitores petistas cativos.

A variável contextual aponta para uma mudança. Em 2002 a probabilidade de votar em Genoíno e morar na Capital era inversamente proporcional. Já em 2014 a probabilidade de votar em Padilha e morar na Capital é diretamente proporcional. Ou seja, aponta para um eleitor paulistano mais predisposto a votar em Padilha. Por fim as variáveis sociodemográficas têm um pouco mais de impacto no modelo de 2014 do que no modelo de 2002. Nesse sentido, podemos caracterizar o eleitor do candidato petista com instrução que varia entre extratos da população que tem os primeiros anos completos e que tem ensino superior ou mais. Estes possuem mais chances de escolher Padilha do que aqueles que estão no extrato da população sem instrução ou até o quinto ano do ensino fundamental incompletos. Além disso, é um eleitor que ganha em média de cinco a 10 salários mínimos, portanto, um eleitor médio. Cor e religião não tiveram poder explicativo forte no modelo.

Por fim, os dados que explicam o voto em Skaf têm menos força explicativa dos que os que explicam o voto no candidato do PT. De modo geral, tem impacto na escolha eleitoral, para o caso do PMDB, não ter votado em Alckmin em 2010, ter um posicionamento ideológico mais de centro-esquerda, possuir ensino superior completo ou mais e ter maior renda. Pensando nas variáveis sociodemográficas, poderíamos argumentar que o eleitor de Skaf está muito mais ligado à elite que aos demais setores da população.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho era investigar as mudanças eleitorais no estado de São Paulo entre 2002 e 2014 de forma exploratória. Para isso, utilizamos os dados para o majoritário estadual como forma de colocar em perspectiva os fatores que estariam influenciando os eleitores paulistas na formação de suas preferências. Abordamos a questão baseados, principalmente, em duas literaturas. A primeira versa sobre a importância contextual para a formação de preferências; trouxemos, como base para isso, o debate sobre clivagens e da sociologia política. Por outro lado, entendemos a importância das variáveis institucionais na estruturação do voto e, para tanto, incluímos a bibliografia que as discute no nível nacional e a testamos para o nível estadual.

Nossa hipótese central era de que apesar do passar dos anos e das mudanças ocorridas no período, partidos que foram capazes de consolidar suas bases em 2002

também foram capazes de mantê-las em 2014, ainda que com certas flutuações; e que o comportamento do eleitor que têm preferência por determinado partido não variou significativamente no período. As hipóteses se confirmam quando olhamos os dados das regressões. Há pouca flutuação nos fatores que explicam os votos em 2002 e 2014. Colocando em comparação, o eleitor do PT em São Paulo, em 2002 era muito associado ao PT, de esquerda, mais escolarizado e que não possuía nenhuma identificação com Mário Covas. O eleitor que escolhe Padilha, em 2014, tem quase o mesmo perfil, com exceção do espalhamento em todas as camadas de escolaridade e renda. Todavia, é vital ressaltar o fato que o eleitor de Padilha em 2014 é muito mais partidário, no sentido de rejeitar a candidatura de Alckmin e ter maior identidade partidária.

O mesmo ocorre com o PSDB no período. Em 2002, as maiores chances de voto se concentravam no eleitorado que possuía afinidade com Mário Covas e identidade com o partido; de ideologia mais de centro-direita. Além disso, uma variável que não havia mostrado impacto até agora e para o caso tucano possui força explicativa é a religião. Aquele eleitor que responde ser evangélico tem mais chances de votar no PSDB do que aqueles que se dizem católicos. Em 2014 o perfil é muito parecido, com exceção da religião que passa a ter uma influência menor, sendo o elemento crucial para a determinação do voto a afinidade com o governador. Podemos pensar, portanto, que o eleitor de 2014 de Alckmin é aquele que optou pela reeleição como forma de recompensá-lo. Seria interessante testar essa hipótese mais a frente, em trabalhos futuros em que perguntas sobre a satisfação com o governo estadual estivessem disponíveis. Assim, poderíamos acrescentar ainda outra dimensão do voto – avaliação de governo – que é muito trabalhada na literatura de nível nacional (MENEGUELLO, 2007; PEIXOTO & RENNÓ, 2011; NICOLAU, 2014b) sendo possível uma comparação mais afinada entre os níveis.

De modo geral, o que esse trabalho buscou foi apontar para a importância das clivagens presentes na sociedade na estruturação das preferências partidárias no estado de São Paulo. Essa importância é representada pela manutenção das bases partidárias ao longo dos últimos 12 anos. Além disso, trouxemos uma literatura que também afirma a importância do contexto nessa formação. Embora os testes disponíveis para essa hipótese tenham sido limitados, defendemos que o local que o eleitor sofre seus processos socialização importa. Por fim, buscamos mostrar como as variáveis institucionais também estão presentes no nível estadual, não da mesma forma e intensidade, mas comparativamente ao nível federal. Nesse sentido, em perspectiva com

nível nacional, os partidos desempenham funções importantes no comportamento do eleitor. Eles encurtam os caminhos para identificação ideológica e diminuem os custos da tomada de decisão, como defende a teoria da escolha racional. Mas também são capazes de criar identificação pautada nos processos de socialização do eleitor, de base psicológica e afetiva, tal como argumenta a Escola de Michigan.

Referências Bibliográficas

AGNEW, J. Mapping politics: how context counts in electoral geography. *Political Geography* V.15, 1996.

_____. Remaking Italy? Place Configurations and Italian Electoral Politics under the 'Second Republic'. *Modern Italy*, v.12, n°1, 2007.

_____. Space and Place. In: AGNEW, J. and LIVINGSTONE, D. (Eds.) *Handbook of Geographical Knowledge*. London: Sage, 2011.

ANDERSEN, R; HEATH, A. *Social Identities and political cleavages: the role of political context*. Journal of Royal Statistical Society, v.166, 2003.

BALBACHEVSKY, E; HOLZHACKER, D. O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. *Opinião Pública*, v.10, n°2, 2004.

BARTOLINI, S.; MAIR, P. *Identity, Competition and Electoral Availability: The Stabilisation of European Electorates 1885-1985*. ECPR Press, University of Essex, Reino Unido, 2007

BEST, R. E. The Declining Electoral Relevance of Traditional Cleavage Groups. *European Political Science Review*, 3(2): 279-300, 2011.

CARREIRÃO, Y. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, N°22, 2004.

CARREIRÃO, Y.; KINZO, M. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, 47(1), 2004.

LAZARSFELD, P; BERELSON, B; GAUDET, H. The people's choice: how to voter makes up his mind in a presidential campaign. Nova York, Columbia University Press. 1948.

LIMONGI, F; MESQUITA, L. Estratégia Partidária e Preferência dos Eleitores: As Eleições Municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos estudos - CEBRAP*, n°81, p.49-67. Julho, 2008.

LIPSET, S. M., *Cleavages, Parties and Democracy*, In: Karvonen, L., Kuhnle, S. (orgs.) *Party Systems and Voter Alignments Revisited*. Londres: Routledge, 2001

LIPSET, S.; ROKKAN, S. (orgs.). Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives. Nova Iorque: The Free Press. 1967.

- MAIR,P. The Challenge Of Party Government. *West European Politics*, v.31, 2008.
- MENEGUELLO, R. PT: A formação de um partido, 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. Quem apoia o Presidente?. *XXVII LASA International Congress*. Montreal, 2007
- _____. Contexto e Padrões de Votação. *XII Brazilian Studies Association, BRASA*. Londres, Agosto, 2014.
- _____; BIZZARRO NETTO, F., Contexto e Competição na Política Paulista. *DADOS-Revista de Ciências Sociais*, vol.55, n.1, 2012.
- NICOLAU,J. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, 20(3), pp. 311-325 2014b.
- Peixoto, V.; Rennó, L., 2011. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. [*Opinião Pública*, 17\(2\), pp. 304-332.](#)
- POWER, T; ZUCCO Jr., C. O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- SADEK, Maria Tereza. A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo. In: Eleições 1986: História Eleitoral do Brasil. Sadek, M.T. (Org.), São Paulo, IDESP/Vértice, 1989.
- THERBORN, G. Why and How place matters. In: GOODIN & TILLY (eds). *Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford University Press, 2006.
- THRIFT, N. Space, Place and Time. In: GOODIN & TILLY (eds). *Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford University Press, 2006.
- VEIGA,L. O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, v.17, nº2, p. 400-425, 2011.